

Trabalho preparado para apresentação no VIII Congresso Latino-americano de Ciência Política, organizado pela Associação Latino Americana de Ciência Política (ALACIP). Pontifícia Universidade Católica do Peru, Lima, 22 a 24 de julho de 2015.

Heber Silveira Rocha¹

Wagner Romão de Melo²

Indução federal de políticas públicas de juventude no Brasil

Área temática: VII Administração pública e Políticas Públicas

Resumo: Este artigo tem por objetivo analisar a descentralização e disseminação da agenda de políticas de juventude para governos subnacionais no Brasil. Em 2005 foi criada pelo governo federal a política nacional de juventude, composta pela Secretaria Nacional de Juventude, Conselho Nacional de Juventude e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem). Partimos da hipótese de que o governo federal utilizou as conferências – etapas de 2008 e 2011 -, bem como o ProJovem, como mecanismos indutores para que os governos subnacionais, tanto governos estaduais quanto prefeituras adotassem a agenda de políticas de juventude.

Este artigo analisa a relação entre os mecanismos indutores na descentralização das políticas nos municípios. Embora não se chegue a uma conclusão definitiva sobre as propriedades da correlação estas variáveis, é possível apontar neste artigo que a descentralização da agenda de políticas de juventude foi multicausal e certamente as conferências e o ProJovem tiveram papel determinante.

¹ Bacharel em Gestão de Políticas Públicas pela USP. Mestre em Administração Pública e Governo pela FGV/SP. Doutorando em Ciência Política pela UNICAMP. rocha.heber@gmail.com

² Bacharel, Mestre e Doutor em Sociologia pela USP. Professor Associado e Pesquisador do Programa de Pós Graduação em Ciência Política da UNICAMP. wagnermromao@yahoo.com.br

1. Introdução

As políticas de juventude adentraram na agenda governamental no Brasil nos últimos dez anos. Promulgada em 2005 a política nacional de juventude completa uma década de existência. Neste artigo analisaremos os mecanismos que induziram a descentralização desta políticas para os governos subnacionais.

No ano de 2005 foi criada a Política Nacional de Juventude no Brasil. Esta política é composta pela Secretaria Nacional de Juventude, Conselho Nacional de Juventude e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem). Nossa hipótese é de que o ProJovem e o sistema de conferências foram os dois mecanismos indutores mais importantes para a descentralização da política.

Assumimos neste artigo que tanto as conferências – especialmente por fatores relacionados ao fortalecimento da comunidade de políticas públicas (KINGDON, 1995; CORTES, 2007) do setor – como o ProJovem – por sua capacidade de induzir a formação de núcleos de gestão de política relacionada à juventude nos governos municipais – fortaleceram a pauta de juventude na agenda governamental e foram fundamentais para este processo de descentralização.

O artigo está dividido em seis partes. A primeira refere-se a delimitação da problemática das políticas de juventude no Brasil, a sua dimensão e a importância que tomou na agenda governamental. A segunda parte do artigo apresenta um referencial teórico acerca da descentralização, são apresentados em linhas gerais os principais autores no Brasil que discutem a descentralização pela perspectiva institucionalista. A terceira parte apresenta as características das conferências de juventude. A quarta parte do artigo é exposto o ProJovem e seu papel enquanto mecanismo de indução do governo federal para os municípios adotarem a agenda de políticas de juventude. Na quinta parte é apresentado a criação dos conselhos municipais como indicativo dos resultados das conferências e do ProJovem. E, por fim, na sexta parte é feita as considerações finais do artigo.

1.1 Delimitação da problemática

No Brasil, na última década, o tema das políticas públicas de juventude tem ganhado espaço na agenda política e social de governos subnacionais e federal, organizações não governamentais e outras instituições (NOVAES, CARA, SILVA, PAPA 2006). As novas juventudes têm tido uma capacidade enorme de participação e engajamento em espaços públicos e criado novas formas de expressão cultural e participação política, sobretudo nas periferias urbanas (ABRAMO 1997; ABRAMOWAY & CASTRO 2006).

No ano de 2005 foi criada a Política Nacional de Juventude, composta pela Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), Conselho Nacional de Juventude (CNJ) e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem). Partimos da hipótese de que o governo federal, por meio da Política Nacional de Juventude, incentivou governos estaduais e locais a criarem coordenadorias/secretarias e conselhos de juventude reforçando a institucionalidade das demandas juvenis. Esta agenda de políticas públicas teve como elemento participativo a I Conferência Nacional de Juventude, além do próprio

CNJ, cujos membros, em sua primeira conformação em 2005, foram indicados pela Secretaria-Geral da Presidência da República. A I Conferência Nacional de Juventude ocorreu em 2008, contando as etapas municipais, estaduais e nacional, das quais participaram 400 mil jovens.

As demandas envolvendo os jovens são difusas. Diante disso, as políticas de juventude possuem diversas dimensões, tais como educação, saúde, lazer, assistência social, cultura, dentre outras. A institucionalidade das políticas de juventude visou, dentre outros objetivos, compreender o jovem em sua integralidade, no entanto as demandas setoriais permaneceram.

Não se trata aqui de dizer que apenas em 2005 o Estado brasileiro tenha iniciado sua atuação no campo da juventude. No entanto, foi a partir da criação da SNJ – em meio a um intenso debate entre acadêmicos, representantes jovens de partidos políticos, agências governamentais e instituições multilaterais – que passou-se a tratar da juventude em sua especificidade, ou seja, na busca por compreender as necessidades mais prementes do “ser jovem” de meados da década passada. Entre os fatores que levaram a essa ação política está o fato de que, naquele momento, a juventude (compreendida como a faixa etária localizada entre os 15 e os 24 anos) alcançava o ápice da quantidade de jovens na estrutura etária. Atualmente considera-se jovem a faixa etária entre 15 e 29 anos. De acordo com o IBGE (2010) há em torno de 50 milhões de jovens no país, ou seja, um quarto da população brasileira.

Em 2008 ocorreu a I Conferência Nacional de Juventude, com o lema “Levante sua bandeira”, a qual mobilizou mais de 400 mil pessoas em todo o país por meio da participação nas Conferências municipais, regionais, estaduais e nacional. A Conferência estimulou a discussão da temática juvenil por parlamentares (vereadores, deputados), secretários, prefeitos e governadores e, sobretudo, por segmentos juvenis nos municípios. Foram realizadas 841 conferências municipais e regionais e outras 27 estaduais. Em 2011 cerca de 500 mil jovens participaram das diferentes etapas da II Conferência Nacional de Juventude. Por conta da forte mobilização social dos jovens, movimentos juvenis e atores políticos as prefeituras passaram a se organizar para implementar as políticas públicas. No levantamento realizado no presente estudo nas 13 cidades mais populosas do Brasil, 12 já possuem coordenadorias/secretarias de juventude, com o objetivo de formular e implementar programas voltados ao público jovem, tendo estas estruturas de gestão se iniciado após a I Conferência. Nosso objetivo aqui será sustentar a hipótese da relevância das conferências como fatores de indução do governo federal no fortalecimento da pauta para dentro dos governos locais e, por consequência, a criação dos conselhos de juventude nos municípios.

2. Referencial analítico

Para compreender o fenômeno da descentralização das políticas públicas – que inclui juventude – para o âmbito municipal é utilizada a bibliografia de abordagem institucionalista. Após a Constituição de 1988 as dinâmicas das políticas públicas foram sendo alteradas, sobretudo as políticas sociais. Estas mudanças decorrem das transferências de um conjunto expressivo de atribuições e competências do governo federal para os níveis subnacionais. De acordo com Almeida (2000), a Constituição Federal de 1988 conferiu à gestão pública um processo de construção das instituições em

um contexto de federalismo cooperativo e descentralizado, que supõem competências compartilhadas, em um processo de permanente negociação entre os entes federativos.

Desde o governo Fernando Henrique Cardoso há um processo de municipalização das políticas sociais e serviços de atenção básica, tal como educação, saúde e programas sociais (ARRETCHE, 2002). De acordo com esta autora, o peso e a importância que cada Prefeitura coloca na implantação de cada política varia em função dos requisitos institucionais postos para as políticas sugeridas pelo governo central, tais como “legado das políticas prévias, regras constitucionais e a própria engenharia operacional de cada política social” (ARRETCHE, 1999, 112).

Esta tendência à municipalização das políticas aumentou no governo Lula, como bem expõe Celina Souza (2006). Para ela o governo federal age como um indutor de políticas, trabalhando com mecanismos institucionais de incentivos para que as prefeituras implementem programas formulados em plano nacional. Tal como Arretche, Souza (2006) afirma que os incentivos do governo federal são determinantes para que as prefeituras adotem e implementem as políticas no âmbito municipal.

A descentralização das políticas públicas é um processo, sobretudo político, e não meramente técnico-administrativo. Como indica parte da literatura sobre o tema, a descentralização das políticas públicas tinha por finalidade restaurar a federação, através do aumento do poder político e tributário das entidades subnacionais, e consolidar a democracia, por meio do empoderamento (empowerment) das comunidades locais no processo decisório sobre políticas públicas (SOUZA, 2006).

Segundo Souza (2004) há duas variáveis centrais que explicam a descentralização das políticas sociais, as quais são: desenho institucional da política e apoio do Executivo federal na liberação dos recursos. A primeira variável, desenho institucional, é importante, pois por ela busca-se perceber como a criação de mecanismos de recompensas e sanções, regras claras e universais possibilitaram a geração de incentivos para os municípios aderirem aos programas e políticas públicas de descentralização na oferta de serviços públicos. A segunda variável, apoio do Executivo federal, está ligada à indução do governo federal nas políticas de descentralização administrativa, de maneira a que se pode perceber maior sucesso na descentralização à medida que tenha havido mais ação indutora – e de transferência condicionada de recursos – pelo governo federal.

Seguindo o argumento, Souza expõe que a descentralização/municipalização não significou necessariamente a transferência de capacidade decisória para as esferas subnacionais, mas sim a delegação na implementação das políticas sociais universais. A experiência brasileira mostra que as relações entre os níveis de governo evoluíram para um sistema que mistura recompensas e sanções, o que reduziu o grau de conflito entre os níveis de governo, ao mesmo tempo em que restringiu a autonomia de poder decisório dos governos locais, previstos pela Constituição de 1988.

No modelo máximo do processo de descentralização de políticas públicas – a saúde e seu Sistema Único (SUS) – foi utilizada a vinculação de transferências de recursos federais à existência, nos municípios, de estruturas de participação social – os conselhos municipais de saúde e a realização de conferências nos municípios que fossem realizadas periodicamente. A experiência do SUS serviu e serve de base para a constituição de novos sistemas de políticas públicas, entre eles, o das políticas de juventude.

Na próxima seção apresentaremos de que forma o governo federal utilizou as conferências como estratégia de fomentar a pauta de políticas públicas nos municípios. Dessa forma, vamos também dialogar com a literatura institucionalista que utiliza outros elementos no que se refere a descentralização das políticas públicas.

3. Caracterização das conferências no período pós eleição de Lula

Nos governos Lula as conferências tornaram-se espaços importantes de debate e formulação de propostas de políticas públicas por parte da sociedade civil. De acordo com Luchmann (2002), na perspectiva democrática pensar políticas públicas significa “pensar em uma construção institucional pautada em mecanismos – democráticos – de garantia dos princípios da igualdade, pluralismo e liberdade” (LUCHMANN, 2002, p.21). Assim, em uma democracia em que diferentes atores se colocam no espaço público reivindicando direitos, a institucionalidade apresenta-se como meio para garantir que tais direitos sejam efetivados. A institucionalidade é uma forma de organizar democraticamente os interesses individuais e coletivos e a se constituírem demandas por políticas a serem implementadas pelo aparato estatal.

A eleição de Lula em 2002 foi resultado de ampla mobilização de um conjunto de atores da sociedade civil, tendo no Partido dos Trabalhadores o seu maior centro aglutinador. Desde o final da década de 1980, passando pelos anos 1990, boa parte dos movimentos sociais e atores da sociedade civil no Brasil articularam-se em torno das candidaturas de Lula à Presidência da República. Estes movimentos sociais se contrapunham fortemente à lógica neoliberal que imperava na economia na década de 1990, no âmbito dos dois mandatos liderados por Fernando Henrique Cardoso.

Esta coalizão de centro-esquerda no governo passou buscar a ampliação de canais de diálogo com a sociedade civil. As conferências, juntamente com os conselhos, tornaram-se os principais mecanismos de diálogo. As conferências de políticas públicas têm uma metodologia que em geral duram dois ou três dias em sua etapa nacional. Geralmente envolvem etapas municipais, regionais, estaduais até chegar à etapa nacional, promovendo o ambiente de diálogo entre sociedade civil e poder público. Segue o quadro de todas as conferências realizadas nos governo Lula e Dilma³

Quadro 01 – Conferências nacionais

Temas	Lula								Dilma			
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Aquicultura												
Arranjos Produtivos locais												
Assistência Social												
Assistência Técnica e Extensão Rural												
Cidades												
Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde												

³ Para maiores informações sobre este assunto, bem como as conferências realizadas em governos anteriores consultar ROMÃO, 2014.

Comunicação													
Comunidades Brasileiras no Exterior													
Cultura													
Defesa Civil e Assistência humanitária													
Desenvolvimento Regional													
Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário													
Direitos da Criança e do Adolescente													
Direitos da Pessoa com Deficiência													
Direitos da Pessoa Idosa													
Direitos Humanos													
Economia Solidária													
Educação Básica													
Educação Escolar Indígena													
Educação Profissional Tecnológica													
Emprego e Trabalho Decente													
Esporte													
Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestir e Transexuais													
Gestão do Trabalho e Educação na saúde													
Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente													
Juventude													
Medicamentos e Assistência Farmacêutica													
Meio Ambiente													
Migrações e Refúgio													
Políticas Públicas para as Mulheres													
Povos Indígenas													
Promoção da Igualdade Racial													
Saúde													
Saúde Ambiental													
Saúde Bucal													
Saúde do Trabalhador													
Saúde Indígena													
Saúde Mental													
Segurança Alimentar e Nutricional													
Segurança Pública													
Transparência e Controle Social													

Fonte: Romão, 2014 a partir da análise dos trabalhos de Pogrebinski (2010) e Secretaria-Geral da Presidência da República.

A tabela evidencia que diferentes dimensões de políticas públicas foram alvo de conferências, o que mostra o grau de força política desta estratégia dentro do governo federal. No próximo quadro é apresentado o esquema das conferências e o seu fluxo nas diferentes etapas.

Figura 01 – Esquema das Conferências Nacionais



Fonte: ROMÃO, 2014

Embora geralmente apresentem esse esquema como estrutura básica de organização do processo participativo, no que diz respeito aos seus objetivos as conferências podem variar consideravelmente. Desenvolveremos este aspecto no tópico seguinte.

3.1 As conferências nacionais de juventude: difusão de agenda e mobilização

Como exposto anteriormente as conferências representam um sistema de participação que se consolidou nas últimas décadas no Brasil. No dia 05 de setembro de 2007, a Presidência da República lançou a I Conferência Nacional de Juventude. No documento presidencial, mais que um ato formal, apresentava os três eixos da Conferência: 1) Juventude: participação, democracia e desenvolvimento nacional 2) Parâmetros e diretrizes da Política Nacional de Juventude 3) Desafios e Prioridades da Política Nacional de Juventude.

A partir desse momento os municípios passaram a se organizar para elaborar suas conferências municipais, todos os jovens do município que tivessem interesse poderiam participar para deliberar sobre os temas sugeridos pela Secretaria Nacional de Juventude. Nas etapas municipais elegeram os delegados (representantes do município) para participarem da Conferência estadual de Juventude, esta por sua vez elege os delegados (representantes do estado) para participar da conferência nacional de juventude.

As etapas das conferências (municipal, estadual e nacional) no ano de 2008 reuniram em torno de 400 mil jovens em todo o Brasil, segundo dados oficiais da Secretaria Nacional de Juventude. Ao total foram realizadas 689 conferências livres em diferentes lugares do Brasil, participaram dessa etapa 137.793 mil participantes. No geral 841 municípios tiveram conferências, mobilizando 226.321 participantes. Nas etapas estaduais, 27 conferências, reuniram 25.366 mil participantes⁴.

Segundo a Secretaria Nacional de Juventude mais de 1.200 municípios participaram direta ou indiretamente das etapas das conferências, mesmo os municípios que não realizaram conferências enviaram representantes para as conferências regionais.

Parece-nos que os dois processos conferenciais que indicamos acima podem ser interpretados como uma estratégia de mobilização liderada pela comunidade de políticas públicas do setor – aqueles de primeira hora ligados à política – em busca por ampliar sua base sociopolítica de apoio.

O primeiro mandato do governo Lula se caracterizou por dar maior visibilidade às políticas de afirmação de direitos. Políticas para as mulheres, igualdade racial, políticas para idosos e também as políticas para juventude ganharam maior status no contexto ministerial.

Assim, as conferências de juventude tiveram importância para afirmar a especificidade deste segmento como receptor de atenção especial do Estado. Parece-nos que parte importante da estratégia de angariar apoios – tanto no âmbito da sociedade civil como no âmbito do próprio governo em sua diversidade de ministérios e autarquias.

Especialmente no governo federal, políticas transversais como as de juventude necessitam elevar sua legitimidade como setor específico, uma vez que sua capacidade de incidência em políticas de sua alçada realizadas nos ministérios– Educação, Trabalho e Emprego, Saúde, Desenvolvimento Social, Esportes, Cultura etc. – depende diretamente da conquista desse status.

A política de juventude é um campo relativamente novo e sua institucionalidade ainda é incipiente, bem como a *policy community* ainda estão se organizando. Romão (2015) elabora uma tipologia de conferências e o papel das comunidades que defendem as políticas públicas⁵. Nesta tipologia as políticas de juventude ficaram no tipo 4, isto é, conferência de mobilização. Neste tipo há uma comunidade incipiente de políticas públicas, com pouca força política dentro do governo. A conferência surge como uma oportunidade de fortalecimento político da pauta. Os defensores desta política na sociedade, *policy community* se organizam para participar desses espaço com propostas e pressionar o governo, os burocratas do setor de políticas de juventude também participam

⁴ Estes dados foram extraídos da Secretaria Nacional de Juventude do governo feral, 2015.

⁵ Para maiores informações ver Wagner Romão (2015). Segundo esta proposta há quatro tipos de conferências, a saber: (I) Conferência institucional; (II) Conferência de pressão sobre o governo; (III) Conferência de difusão de agenda governamental e; (IV) Conferência de mobilização.

e atuam para criar espaços como as conferências para que a pauta ganha visibilidade interna no governo.

A comunidade epistêmica de especialistas pode ser interpretada, conforme aponta Kingdon, como um espaço onde são apresentadas soluções para os problemas existentes. O grupo dos atores “invisíveis” formula as alternativas, as propostas de políticas públicas.

Muitas idéias são geradas nestas comunidades. Propostas são sugeridas por vários - meios: discursos, projetos de leis, audiências públicas no Congresso, informações vazadas para a imprensa, circulação de papers e conversas particulares. Os atores divulgam suas ideias, criticam o trabalho dos colegas, aprimoram e revisam essas ideias e discutem novas versões. Algumas dessas ideias são acatadas, enquanto outras são descartadas. Contudo, muitas ideias são possíveis e são de alguma forma, consideradas durante o processo (KINGDON, 2006, p. 231)

A comunidade epistêmica de especialistas que se formou em torno do tema juventude, em grande parte formada por professores universitários, teve papel significativo e fundamental no processo de aglutinar os demais atores da sociedade e sobretudo em formular alternativas, isto é, propostas de ações governamentais para as juventudes. Embora houvesse outros atores, tais como ONGs e movimentos juvenis, foram os pesquisadores (em sua maioria acadêmica) que produziam sistematicamente análises e reflexos da juventude no Brasil. Além da avaliação das realidades das juventudes brasileiras, os pesquisadores tinham uma alta capacidade de formulação sobre as necessidades das diferentes juventudes por conta das pesquisas empíricas e, principalmente, por conta dos seminários de pesquisa que abriam oportunidade de diálogos entre pesquisadores e diferentes grupos de juventude. Formou-se um circuito de discussão e debates, constituindo, na perspectiva de Kingdon, os “atores invisíveis”. Embora não tivessem visibilidade pública no momento da criação da Secretaria Nacional de Juventude, estiveram em todos os espaços de formulação (ROCHA, 2012).

De acordo com Kingdon, este circuito de pesquisadores tornou-se com o passar do tempo uma comunidade geradora de alternativas. Capella (2007) relata como se organizam estas comunidades e o papel que desempenham na formulação da política:

As comunidades geradoras de alternativas (*policy communities*) são compostas por especialistas – pesquisadores, assessores parlamentares, acadêmicos, funcionários públicos, analistas pertencentes a grupos de interesses, entre outros – que compartilham uma preocupação em relação a uma área (*policy area*). No processo de seleção (...) quando uma proposta é percebida como viável, ela é rapidamente difundida, ampliando a consciência dos atores sobre uma determinada ideia. Isso não significa que todos os especialistas de uma comunidade compartilhem das mesmas crenças: algumas comunidades são extremamente fragmentadas, abrigando pontos de vista bastante diversificados. A difusão das ideias tampouco se dá de forma automática, uma vez que comunidades bem estruturadas apresentam tendência a resistirem às novas ideias. A difusão é descrita pelo autor como um processo no qual indivíduos que defendem uma ideia procuram levá-la a diferentes fóruns, na tentativa de sensibilizar não apenas as comunidades de políticas (*policy communities*), mas também o público em geral, vinculando a audiências as propostas e construindo progressivamente sua aceitação (CAPELLA, 2007, p. 92).

A policy communities participa ativamente de espaços participativos, tais como as conferências como forma de fortalecer a pauta de políticas de juventude dentro do governo central, bem como dos governos subnacionais.

4. Inversão de recursos como mecanismo de indução: o PROJOVEM

Em pesquisa realizada no ano de 2008 o PROJOVEM foi escolhido entre os brasileiros como o programa que mais era associado ao jovem no Brasil⁶. De acordo com Andrade, Esteves, & Oliveira (2009) esta constatação corroborava a intenção do governo federal de instituir este programa como “um marco na inauguração de uma ação estatal de peso na formulação de uma política de juventude” conforme discurso oficial do governo federal.

O Projovem foi instituído em 2005, como parte do conjunto de ações para implantar a Política Nacional de Juventude, juntamente com a criação da Secretaria Nacional de Juventude e do Conselho Nacional de Juventude visando a institucionalidade da política. O marco do Projovem pode ser creditado ao fato de ele ter sido o primeiro grande programa governamental brasileiro dirigido intencionalmente para as juventudes, num contexto em que os jovens insurgem como atores de peso nas agendas sociais e políticas do País (ANDRADE; ESTEVES; OLIVEIRA, 2009).

A formulação do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem) respondeu a um contexto de forte retração econômica no contexto de sua criação, 2005. Segundo a PNAD de 2003, dos 23,4 milhões de jovens de 18 a 24 anos (aproximadamente 13,5% da população total), 14 milhões (60%) desenvolviam algum tipo de ocupação e três milhões (13%) declararam-se desempregados (55% eram mulheres). As maiores taxas de desempregos estavam concentradas nas regiões metropolitanas, 24,6%, e nas áreas urbanas, 17,6% (PNAD, 2003).

O objetivo central do Projovem era conciliar qualificação profissional (formação inicial), educacional (conclusão do ensino fundamental) e ação comunitária. Para garantir a presença do jovem no programa foi criado um auxílio-financeiro no valor de R\$ 100,00 por mês, com a condição de ter uma frequência mínima de 75% nas aulas e em todas as atividades do programa. A duração da bolsa era de 12 meses, sendo financiado por recursos públicos repassados da União para capitais e municípios de regiões metropolitanas responsáveis por sua execução. Em 2005 quando o programa foi criado a faixa de atendimento era municípios até 200 mil habitantes.

Em 2008, após amplo processo de avaliação, conjugado a orientações advindas de seu campo de atuação, o Programa se reorganizou, expandindo seu foco de ação.

⁶Pesquisa intitulada como “Juventudes sul-americanas: diálogos para a construção de uma democracia regional”. Esta pesquisa teve por finalidade fazer um amplo levantamento quantitativo sobre os jovens na América do Sul. Coordenado pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) e pelo Instituto Polis, com o apoio do International Development Research Centre (IDRC) ouviu 14 mil jovens e adultos da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai, Uruguai sobre a condição juvenil. No Brasil, o universo da mostra foi composto por 3.500 entrevistados(as) com mais de 18 anos de idade, conferindo destaque especial ao estrato jovem, de 18 a 29 anos, em função do objetivo central da pesquisa.

ProJovem original se tornou ProJovem Urbano, permanecendo com a finalidade de elevar o grau de escolaridade visando ao desenvolvimento humano e ao exercício da cidadania

O Projovem destinado a jovens de 15 (quinze) a 29 (vinte e nove) anos, tem por objetivo promover a reintegração ao processo educacional, qualificação profissional e seu desenvolvimento humano. É composto pelas seguintes modalidades: ProJovem Adolescente – serviços socioeducativos (jovens de 15 a 17 anos); ProJovem Urbano; ProJovem Campo; e ProJovem trabalhador.

O Programa era financiado pelo governo federal, porém a sua implementação ocorria via prefeituras. Cabia ao Poder Público local a seleção dos jovens, bem como a gestão do programa no território⁷. Dessa forma, as Prefeituras acessavam as linhas de financiamento do programa, fazendo a gestão do mesmo, cabia ao governo federal o monitoramento e avaliação dos resultados.

Em sua etapa inicial, no ano de 2005 o programa teve adesão de todas as capitais dos Estados, expandindo-se, em 2006, para 29 (vinte e nove) municípios com população igual ou superior a 2000 mil habitantes das regiões metropolitanas das capitais, conforme aponta o próximo quadro⁸.

O ProJovem, em sua primeira fase 2005-2008, teve 521.241 inscritos e, segundo o Banco Nacional de Dados do ProJovem Original, 241.228 alunos foram matriculados no total (205.992 jovens nas capitais e no Distrito Federal e 35.236 nas cidades das regiões metropolitanas das capitais)⁹.

Quadro 02 - Municípios que implantaram o ProJovem em 2005 e 2006

UF	Capitais	UF	Municípios Não-capitais
SE	Aracaju	SP	Guarulhos
PA	Belém	SP	Diadema
MG	Belo Horizonte	SP	Osasco
RR	Boa Vista	SP	Santo André
MS	Campo Grande	SP	Embu
MT	Cuiabá	SP	Suzano
PR	Curitiba	SP	Carapicuíba
DF	Distrito Federal	SP	Mogi das Cruzes
SC	Florianópolis	SP	Itaquaquecetuba
CE	Fortaleza	RJ	Nova Iguaçu
GO	Goiânia	RJ	Niterói
PB	João Pessoa	RJ	São Gonçalo
AP	Macapá	RJ	Duque de Caxias
AL	Maceió	RJ	São João de Meriti

⁷ Para maiores informações ver Lei nº11.692 de 10 junho de 2008.

⁸ Em 2008 o governo federal não estabeleceu novos convênios com os municípios para implementação do ProJovem, pois iria implementar o novo formato do programa, chamado ProJovem Urbano.

⁹ Dados e informações extraídos do Relatório de Gestão da Secretaria Nacional de Juventude 2008.

AM	Manaus	RJ	Belford Roxo
RN	Natal	RJ	Magé
TO	Palmas	ES	Serra
RS	Porto Alegre	ES	Vila Velha
RO	Porto Velho	MG	Contagem
PE	Recife	RS	Gravataí
AC	Rio Branco	RS	Viamão
RJ	Rio de Janeiro	RS	Canoas
BA	Salvador	RS	Novo Hamburgo
MA	São Luis	PE	Jaboatão dos Guararapes
SP	São Paulo	PE	Olinda
PI	Teresina	PE	Paulista
ES	Vitória	CE	Caucaia
		PA	Ananindeua
		GO	Aparecida de Goiânia

Em 2007, início do segundo governo do Presidente Lula, o ProJovem foi reformulado com o intuito de integrar as diferentes ações governamentais voltadas aos jovens. O governo lançou o ProJovem integrado, um programa de juventude que unificou seis programas de juventude, a saber: Agente Jovem, Projovem, Saberes da Terra, Consórcio de Juventude, Juventude Cidadã e Escola de Fábrica¹⁰. O ProJovem integrado passou se organizar em 4 (quatro) modalidades: I - ProJovem Adolescente; II – ProJovem Urbano; III – ProJovem Campo – Saberes da Terra e; IV – ProJovem Trabalhador. Uma inovação importante desta nova fase do programa foi a ampliação da faixa etária dos beneficiários, que era de 15 aos 24 anos, passando a atender a faixa de 15 a 29 anos, com exceção do ProJovem Adolescente que seu público alvo era jovens de 15 a 17 anos.

A implantação de cada modalidade do ProJovem passou a ser responsável por Ministérios setoriais que tinham maior interface com a política: ProJovem Adolescente – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; ProJovem Campo – Ministério da Educação; ProJovem Trabalhador – Ministério do Trabalho e Emprego; ProJovem Urbano – Secretaria Nacional de Juventude da Secretaria-Geral da Presidência da República.

Em 2008 cento e cinco (105) municípios com população superior a 200 mil habitantes assinaram com o governo federal o termo de adesão ao ProJovem Urbano. Municípios abaixo de 200 mil habitantes poderiam participar se o governo estadual aderisse ao programa.

¹⁰ O ProJovem integrado foi instituído pela Lei nº11.692, de 10 de junho de 2008.

Quadro 3 - Municípios que aderiram ao ProJovem Urbano em 2008

Norte	Nordeste	Centro Oeste	Sudeste	Sudeste	Sul
Ananindeua (PA)	Aracaju (SE)	Aparecida de Goiânia (GO)	Belford Roxo (RJ)	Petrópolis (RJ)	Alvorada (RS)
Belém (PA)	Arapiraca (AL)	Campo Grande (MS)	Belo Horizonte (MG)	Presidente Prudente (SP)	Blumenau (SC)
Boa Vista (RR)	Campina Grande (PB)	Cuiabá (MT)	Campinas (SP)	Ribeirão das Neves (MG)	Canoas (RS)
Macapá (AP)	Caucaia (CE)	Distrito Federal (DF)	Carapicuíba (SP)	Ribeirão Preto (SP)	Cascavel (PR)
Manaus (AM)	Feira de Santana (BA)	Goiânia (GO)	Cariacica (ES)	Rio de Janeiro (RJ)	Caxias do Sul (RS)
Marabá (PA)	Fortaleza (CE)	Várzea Grande (MT)	Contagem (MG)	Santa Luzia (MG)	Colombo (PR)
Mossoró (RN)	Imperatriz (MA)		Diadema (SP)	Santa Maria (RS)	Curitiba (PR)
Natal (RN)	Itabuna (BA)		Divinópolis (MG)	Santos (SP)	Florianópolis (SC)
Palmas (TO)	Jaboatão dos Guararapes (PE)		Duque de Caxias (RJ)	São Bernardo do Campo (SP)	Foz do Iguaçu (PR)
Porto Velho (RO)	João Pessoa (PB)		Embu (SP)	São Carlos (SP)	Gravataí (RS)
Rio Branco (AC)	Juazeiro (BA)		Franca (SP)	São Gonçalo (RJ)	Londrina (PR)
Santarém (PA)	Juazeiro do Norte (CE)		Guarujá (SP)	São João do Meriti (RJ)	Novo Hamburgo (RS)
São Luis (MA)	Maceió (AL)		Guarulhos (SP)	São José do Rio Preto (SP)	Ponta Grossa (PR)
Teresina (PI)	Olinda (PE)		Hortolândia (SP)	São Leopoldo (RS)	Porto Alegre (RS)
	Paulista (PE)		Itaboraí (RJ)	São Vicente (SP)	Viamão (RS)
	Recife (PE)		Itapevi (SP)	Serra (ES)	
	Salvador (BA)		Itaquaquecetuba (SP)	Sete Lagoas (MG)	
	Vitória da Conquista (BA)		Juiz de Fora (MG)	Sumaré (SP)	
			Limeira (SP)	Suzano (SP)	
			Magé (RJ)	Taboão da Serra (SP)	
			Mogi das Cruzes (SP)	Uberaba (MG)	
			Montes Claros (MG)	Uberlândia (MG)	
			Niterói (RJ)	Vila Velha (ES)	
			Nova Iguaçu (RJ)	Vitória (ES)	
			Osasco (SP)	Volta Redonda (RJ)	

Em 2008 na modalidade ProJovem Adolescente foram selecionados para a implantação do programa 2.374 (dois mil trezentos e setenta e quatro) municípios brasileiros¹¹. Embora seja apenas uma das 4 modalidades do programa este dado evidencia a força do programa, haja vista que após 3 anos de sua criação (2005) quase metade dos municípios brasileiros já tinham aderido a esta modalidade.

5. A criação dos conselhos municipais de juventude como indicativo dos resultados das conferências e do Projovem

Esse primeiro sistema de participação social específico de juventude fez com que o tema ganhasse visibilidade pública na sociedade e, sobretudo, respaldo político. Trabalhamos a hipótese central de que a política nacional de juventude incentivou que os municípios criassem conselhos municipais de juventude. De acordo com um estudo elaborado em 2009 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2009) haviam 303 conselhos municipais de juventude espalhados pelo país, dos quais 52 foram criados há mais de dez anos (1999-2009) e 189 tinham até cinco anos (2004-2009). Segundo este estudo, com pouca variação entre as diferentes classes populacionais, em média 71% dos conselhos havia se reunido nos 12 meses anteriores à pesquisa, o que mostra o grau de enraizamento da pauta de políticas de juventude neste período.

O próximo mapa apresenta a disposição geográfica desses conselhos no Brasil.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

¹¹ Não conseguimos acesso aos dados das outras duas modalidades do programa: ProJovem Campo e ProJovem Trabalhador. Dados disponível em http://www.mds.gov.br/backup/arquivos/municipios_que_aderiram_ao_projovem_resumido.pdf. Acesso em 22 de junho de 2015.

Quadro 4 – Características dos conselhos municipais de Juventude

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios											
	Total	Com Conselho Municipal de Direitos da Juventude ou similar										
		Total	Algumas características do conselho									
			Pari-tário	Caráter do conselho				Vinculado administrativamente				Realizou reunião nos últimos 12 meses
				Con-sultivo	Delibe-rativo	Nor-mativo	Fiscali-zador	Ao órgão gestor dos direitos humanos	Ao órgão gestor da assistência social	A outro órgão	A ne-nhum órgão	
Brasil	5 565	303	271	218	211	106	184	6	184	93	20	215
Até 5 000	1 257	30	26	22	19	11	22	-	26	3	1	23
De 5 001 a 10 000	1 294	35	33	23	27	11	24	-	23	10	2	24
De 10 001 a 20 000	1 370	50	47	33	37	17	31	-	34	11	5	31
De 20 001 a 50 000	1 055	77	71	54	56	25	45	-	49	21	7	54
De 50 001 a 100 000	316	41	36	29	27	19	19	-	20	17	6	31
De 100 001 a 500 000	233	55	46	44	40	22	38	4	29	21	1	40
Mais de 500 000	40	15	12	13	5	1	5	2	3	10	-	12
Norte	449	15	14	14	12	10	11	-	9	6	-	10
Até 5 000	87	3	3	3	2	2	2	-	2	1	-	3
De 5 001 a 10 000	89	6	6	5	6	3	4	-	3	3	-	-
De 10 001 a 20 000	107	1	1	1	1	1	1	-	1	-	-	-
De 20 001 a 50 000	113	3	3	3	2	2	3	-	2	1	-	-
De 50 001 a 100 000	32	1	-	1	-	1	-	-	-	1	-	2
De 100 001 a 500 000	18	1	1	1	1	1	1	-	1	-	-	1
Mais de 500 000	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Nordeste	1 794	57	56	46	47	30	37	-	35	21	1	42
Até 5 000	225	2	2	2	2	2	2	-	2	-	-	2
De 5 001 a 10 000	392	3	3	2	2	-	2	-	2	1	-	3
De 10 001 a 20 000	580	11	11	9	9	6	6	-	9	2	-	8
De 20 001 a 50 000	432	18	18	14	15	7	9	-	12	6	-	11
De 50 001 a 100 000	110	13	13	11	10	9	8	-	6	6	1	10
De 100 001 a 500 000	44	8	7	6	7	6	8	-	3	5	-	6
Mais de 500 000	11	2	2	2	2	-	2	-	1	1	-	2
Sudeste	1 668	157	137	107	111	47	91	4	95	43	15	111
Até 5 000	381	18	16	14	12	4	15	-	16	1	1	12
De 5 001 a 10 000	408	22	20	14	17	6	15	-	16	5	1	14
De 10 001 a 20 000	351	21	19	11	15	8	12	-	12	5	4	12
De 20 001 a 50 000	294	35	31	23	27	12	20	-	29	7	5	26
De 50 001 a 100 000	98	21	18	14	14	6	8	-	9	9	3	16
De 100 001 a 500 000	118	31	26	23	23	10	18	3	17	10	1	24
Mais de 500 000	18	9	7	8	3	1	3	1	2	6	-	7
Sul	1 188	56	49	40	32	13	34	1	32	22	1	35
Até 5 000	421	6	5	3	3	2	3	-	5	1	-	5
De 5 001 a 10 000	291	4	4	2	2	2	3	-	2	1	1	2
De 10 001 a 20 000	229	12	11	9	8	1	8	-	6	4	-	7
De 20 001 a 50 000	144	14	13	9	9	1	8	-	7	7	-	10
De 50 001 a 100 000	57	5	4	3	3	2	2	-	4	1	-	3
De 100 001 a 500 000	43	13	10	12	7	5	10	1	6	6	-	7
Mais de 500 000	3	2	2	2	-	-	-	-	-	2	-	1
Centro-Oeste	466	18	15	11	9	6	11	1	13	1	3	15
Até 5 000	143	1	-	-	-	1	-	-	1	-	-	1
De 5 001 a 10 000	114	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
De 10 001 a 20 000	103	5	5	3	4	1	4	-	4	-	1	4
De 20 001 a 50 000	72	7	6	5	3	3	5	-	5	-	2	5
De 50 001 a 100 000	19	1	1	-	-	1	1	-	1	-	-	1

De 100 001 a 500 000	10	2	2	2	2	-	1	-	2	-	-	2
Mais de 500 000	5	2	1	1	-	-	-	1	-	1	-	2

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Em 2011, primeiro ano do primeiro mandato da Presidente Dilma, foi realizada a 2ª Conferência Nacional de Juventude, com aproximadamente 3 mil participantes, dos quais 90% eram da sociedade civil. Esse evento é resultado da mobilização de aproximadamente 550 mil jovens em todo o país. Foram 26 conferências estaduais e a do Distrito Federal, 1.555 municipais, 124 regionais, 199 territoriais e 122 livres, além da 1ª Conferência Virtual e da 2ª Consulta aos povos e Comunidades Tradicionais. A Conferência levantou as demandas dos jovens brasileiros e estabeleceu as diretrizes para políticas do segmento para os próximos anos.

Segundo a Secretaria Nacional de Juventude, em levantamento realizado em 2013, o Brasil continha 389 coordenadoria/secretaria/assessoria de políticas públicas de juventude, isto é, algum órgão dentro do Executivo Municipal que fosse de alguma forma o interlocutor desse segmento etário da sociedade.

Uma dificuldade que encontramos, dado o pouco espaço de tempo para sistematizar os dados, foi levantar em qual ano as coordenarias e conselhos municipais no país foram criados, para com isto termos um panorama exato da influência das conferências. No entanto levantamos informações das 13 maiores cidades em termos populacionais que tínhamos informações, com exceção de Salvador que não tem órgão municipal. Os dados mostram que 7 das 13 maiores cidades tiveram suas estruturas criadas após 2008, isto é, da primeira conferência nacional de juventude.

Em torno de metade das prefeituras, isto é, seis criaram suas estruturas de juventude antes de 2008. Vale ressaltar que já na década de 1990 alguns municípios brasileiros já tinham secretarias/coordenadorias de juventude, isto ocorreu por conta da mobilização de setores da sociedade civil que naquele momento já lutavam pela institucionalidade do tema.

Quadro 5 – Institucionalidade das políticas de juventude nas grandes cidades brasileiras

	Município	Estado	População	Órgão de Juventude	Ano da criação
1	São Paulo	SP	11.821.876	Coordenadoria de Juventude	2001
2	Rio de Janeiro	RJ	6.429.922	Coordenadoria da Juventude Cidadã	2010
3	Salvador	BA	2.883.672		
4	Brasília	DF	2.789.761	Coordenadoria da Juventude	2012
5	Fortaleza	CE	2.551.805	Coordenadoria Especial de Políticas Públicas de Juventude	2005
6	Belo Horizonte	MG	2.479.175	Coordenadoria de Juventude	2005
7	Manaus	AM	1.982.179	Secretaria Municipal de Juventude	2010

8	Curitiba	PR	1.848.943	Secretaria Municipal do Esporte, Lazer e Juventude	2011
9	Recife	PE	1.599.514	Secretaria de Juventude e Qualificação Profissional	2013
10	Porto Alegre	RS	1.467.823	Secretaria Municipal da Juventude	2005
11	Belém	PA	1.425.923	Secretaria Municipal de Esporte, Juventude e Lazer (Sejel)	2008
12	Goiânia	GO	1.393.579	Secretaria Municipal de Políticas para a Juventude	2012
13	Guarulhos	SP	1.299.249	Coordenadoria Municipal da Juventude	2010

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010).

6. Considerações finais

Este artigo visou trabalhar com a ideia de que o governo federal utilizou dois mecanismos para disseminar a agenda de políticas públicas de juventude, a saber: recursos do ProJovem e o sistema das conferências de juventude.

O ProJovem iniciado em 2005, foi parte integrante da chamada política nacional de juventude, o governo federal utilizou este programa como mecanismo para induzir os municípios a aplicarem o seu programa, haja vista que ficava a cargo da prefeitura a gestão da implementação do programa.

As conferências foram marcas de participação nos governos Lula, e a temática juventude não foi diferente. Os dois ciclos de conferência, 2008 e 2011, mobilizaram centenas de milhares de jovens em todo o Brasil, garantindo assim uma capilaridade da pauta e fortalecendo uma coalizão de defesa em torno desta proposta.

É evidente que outras medidas e mecanismos utilizados pelo governo federal também impactaram na promoção desta política. Além disso, a pressão da sociedade civil em torno desta pauta fez com que vereadores e prefeitos também assumissem compromisso político com esta pauta.

Assumimos aqui como conclusão provisória desse estudo que o fenômeno da criação das secretarias/coordenadorias e conselhos de juventude foi multicausal. Apresentamos dois mecanismos que julgamos terem pesos importantes, a saber: o ProJovem e o sistema de conferências de juventude.

Referências

ANDRADE, E. R., ESTEVES, L. C. G., & OLIVEIRA, E. C. Composição social e percursos escolares dos sujeitos do ProJovem: Novos/velhos desafios para o campo da educação de jovens e adultos. *Em Aberto*, 22(82), 73-89. 2009

ARRETCHE, Marta. Federalismo e relações intergovernamentais no Brasil: a reforma de programas sociais. *Dados* (Rio de Janeiro. Impresso), Rio de Janeiro, v. 45, n.3, p. 431-457, 2002.

_____. Políticas Sociais no Brasil: Descentralização em um Estado Federativo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 14, n.40, p. 111-141, 1999.

ABRAMO, H. O uso das noções de adolescência e juventude no contexto brasileiro. In: FREITAS, M. V. (Org.). **Juventude e adolescência no Brasil**: referências conceituais. São Paulo: Ação Educativa, 2005.

_____. Espaços de Juventude. In: FREITAS, M. V. de; PAPA, F. (Org.). **Políticas públicas**: juventude em pauta. São Paulo: Cortez Editora, Ação Educativa, Fundação Friedrich Ebert Stiftung. 2003.

_____; BRANCO, Pedro P. M. **Retratos da juventude brasileira**: análise de uma pesquisa nacional. (Orgs). São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008.

BOURDIEU, P. A juventude é apenas uma palavra. In: **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero. P. 112-121, 1983.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 1999.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 35ªed. São Paulo: Saraiva, 2003.

_____. Relatório de Gestão de 2008. Secretaria Nacional de Juventude/Secretaria-Geral da Presidência da República, 2008.

CONGRESSO. Câmara dos Deputados. Comissão Especial Destinada a Acompanhar e Estudar Propostas de Políticas Públicas para a Juventude. **Relatório Final**. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2005.

_____. **Decreto Presidencial** 11.129 de 30 de Junho de 2005. Institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem; cria o Conselho Nacional da Juventude – CNJ e a Secretaria Nacional de Juventude; altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, e 10.429, de 24 de abril de 2002; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11129.htm. Acesso em: 19 dez. 2012.

_____.LEI FEDERAL 11.692 de 10 de junho de 2008. Regulamenta o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem, instituído pela Lei nº11. 129 de 30 de junho de 2005, e regido pela Lei 11.692, de 10 de junho de 2008, e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6629.htm. Acesso em 20 de dez. 2015.

_____. **Portal da Secretaria Nacional de Juventude**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/secgeral/frame_juventude.htm. Acesso em: 04 jan. 2013.

CAPELLA, A. C. N. Perspectivas teóricas sobre o processo de formulação de políticas públicas. In: HOCHMAN, G. et al. (Org.). **Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007. p. 87-121.

CAPELLA, N. C. Formação da Agenda Governamental: perspectivas teóricas. Trabalho apresentado no GT Políticas Públicas. **XXIX Encontro Anual da ANPOCS**, 25-29 de outubro, Caxambu: MG. 2005.

CARRANO, R. C. P. Políticas públicas de juventude: desafios da prática. In: PAPA, Fernanda de Carvalho; FREITAS, Maria Virgínia de. (Orgs.). **Juventude em pauta: políticas públicas no Brasil**. São Paulo: Petrópolis, 2011, v. 1, p. 237-250.

CASTRO, Jorge A; AQUINO, Luseni. M. C; ANDRADE, Carla C. **Juventude e políticas sociais no Brasil**. (Orgs.). CASTRO, Jorge Abrahão de; AQUINO, Luseni Maria C. de; ANDRADE, Carla Coelho de. Brasília: IPEA, 2009.

CONJUVE. **Política nacional de juventude: diretrizes e perspectivas**. Brasília. Conselho Nacional de Juventude/Ação Educativa; Fundação Friedrich Ebert. 2006.

FARAH, S. F. M. Administração pública e política pública. **Revista de Administração Pública** (Impresso), v. 45, p. 813-836, 2011.

FREITAS, M.V.; PAPA, F.C (Orgs.). **Políticas públicas de juventude: juventude em pauta**. São Paulo: Cortez Editora, Ação Educativa, Fundação Friedrich Ebert Stiftung. 2003.

FUKS, M. Definição de Agenda, Debate Público e Problemas Sociais: uma Perspectiva Argumentativa da Dinâmica do Conflito Social. BIB. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, 2000.

INSTITUTO CIDADANIA. Documento Final. **Projeto Juventude**. 2004. Disponível em: <http://www.juventude.gov.br/ConJuve/documentos/projeto-juventude-2013-documento-final>. Acesso em: 10 março de 2015.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Perfil dos municípios brasileiros 2009*. Pesquisa de Informações Básicas Municipais. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

KINGDON, J. W. Formação da Agenda. IN. SARAVIA, E.; FERRAREZI, E. (Orgs.). **Políticas Públicas**. Brasília: ENAP, 2006.

_____. **Agendas, alternatives, and public policies**. New York: HarperCollins, 1995.

MELUCCI, A. Juventude, tempo e movimentos sociais. Juventude e contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo: ANPED, n. 5/6, 1997.

ROCHA, H.S. Juventude e políticas públicas: formação de agenda, elaboração de alternativas e embates no Governo Lula. São Paulo, SP. Dissertação de mestrado. Escola de Administração de Empresas de São Paulo – FGV, 2012.

ROMÃO, W. M. Políticas públicas e democracia participativa: avanços e limites das conferências nacionais no Brasil, São Paulo, Fundação Friedrich Ebert, 2014.

SOUZA, C. Governos locais e gestão de políticas sociais universais. Periódico São Paulo em perspectiva, São Paulo, 2004.

_____. Políticas públicas: uma revisão da literatura. Periódico Sociologias, ano 8, nº16, 2006.

SPOSITO, M. P.; CORROCHANO, M. C. Juventude e políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**. ANPED. São Paulo: Autores Associados, nº 24, setembro, 2003.